



CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

16-10-2009

Estágio para Inspectores Judiciais da Guiné-Bissau

O Conselho Superior da Magistratura (CSM) dá prioridade, ao nível das relações internacionais, ao relacionamento com os países de expressão portuguesa.

Há, neste momento, juízes a cooperarem na República Democrática de Timor-Leste, integrados no próprio sistema judiciário, e dando formação.

Nos restantes países de expressão portuguesa têm havido acções de formação, quer nos países que as solicitam, quer em Portugal, em colaboração com o Centro de Estudos Judiciários (CEJ).

Inclusive, e ao abrigo do protocolo existente entre Portugal e a República Popular da China, há juízes a desempenhar funções em Macau.

No âmbito da cooperação entre Portugal e a Guiné-Bissau vai ter lugar, de 19 de Outubro a 11 de Novembro 2009, um Curso de Formação para futuros inspectores judiciais guineenses.

O curso desenvolve-se em duas áreas: sessões de trabalho, teóricas, e três semanas de estágio.

Nas sessões teóricas, a decorrer no Conselho Superior da Magistratura, serão analisados temas que vão do funcionamento do "serviço de inspecção" às técnicas de inspecção e critérios de atribuição de classificações. Os futuros inspectores judiciais guineenses, que participam nesta formação, ficarão a conhecer como se processam as Inspeções Judiciais em Portugal.

Assim, no dia 19 de Outubro, às 14.30h, as boas vindas estarão a cargo do Vice-Presidente do CSM, Juiz Conselheiro Dr. António Ferreira Girão, nas novas instalações do CSM, Rua Mouzinho da Silveira, 10, em Lisboa.

Dia 20 de Outubro, às 10.00h, tem lugar a 1ª sessão de trabalho, "O CSM e as Inspeções Judiciais (inspeções judiciais vs independência dos juízes)" e "Constituição, funcionamento e actividade do Serviço de Inspeção".





CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Às 11.30h a 2ª sessão de trabalho aborda a planificação, a periodicidade e os objectivos das Inspeções Judiciais.

Às 15.00h será objecto de análise e debate como se processa a avaliação do desempenho dos juízes, desde a avaliação das capacidades humanas, à adaptação ao serviço, sem esquecer a preparação técnica dos mesmos. São igualmente analisadas as técnicas de inspecção, e os critérios de notação.

Na 4ª sessão de trabalho, às 16.30h, será abordada a forma de elaboração dum relatório, incluindo as conclusões e a notação final.

Seguem-se três semanas de estágio. O estágio implica a integração dos juízes guineenses em equipas de inspectores judiciais portugueses. Deste modo, e durante dezoito dias, os futuros inspectores judiciais guineenses podem acompanhar, no terreno, como se processa a análise do desempenho e avaliação dos juízes portugueses.

Lisboa, 16 de Outubro de 2009

Gabinete de Comunicação do CSM

